

Entrevista com Christophe Charle

*Concedida em 22 de junho de 2005,
no Rio de Janeiro,
a Marieta de Moraes Ferreira*

Quando e onde o senhor nasceu, que faziam seus pais?

Nasci em 1951, em Paris. Meu pai era funcionário da École Supérieure de Physique et Chimie de Paris, que era uma escola de engenharia. Tinha começado a carreira como professor primário, mas depois assumiu esse cargo para poder ter um domicílio funcional, porque quando voltou da guerra a dificuldade de encontrar moradia em Paris era muito grande. Foi uma solução para ter um trabalho interessante e uma moradia relativamente confortável para a família, pois acabara de se casar. Minha mãe era professora primária, lecionava até o último ano primário, para alunos a caminho do ginásio. Tenho uma irmã mais velha que estudou direito e se formou professora de ciências administrativas e contábeis do ensino médio. Sou o segundo de uma família de dois filhos.

Seus estudos?

Fiz meus estudos em Paris, no Quartier Latin. Morávamos no 5º *Arrondissement*, onde ficava a escola em que meu pai trabalhava, e fiz todo o primário praticamente do outro lado da rua. Depois, subi a colina Sainte Geneviève, quando entrei para o Liceu Henri IV. Em seguida, desci a colina, quando fui para a École Normale Supérieure. Mais tarde, desci novamente a colina, quando fui para a Sorbonne. Hoje trabalho entre a École Normale Supérieure e a Sorbonne. Posso dizer que passei a minha vida no Quartier Latin. De certa forma, sou como uma pessoa do interior.

Por que o senhor se tornou historiador?

Não foi uma decisão imediata. De início, eu estava mais voltado para a literatura. Eu era bom em letras, em francês principalmente, e quando comecei meus estudos superiores optei por fazer letras modernas. Escolhi francês, latim e línguas em geral. Depois, no final da primeira parte do curso superior, quando entrei para a École Normale Supérieure, decidi mudar, porque me pareceu que em letras eu estava fazendo sempre a mesma coisa. Além disso, eu já tinha certo interesse pela história. Tive ótimos professores, tanto no colégio quanto no curso preparatório para a École Normale Supérieure. Fiz então o mestrado em história sob a orientação de Pierre Vilar, que era professor da Sorbonne, sucessor de Ernest Labrousse. Na época, eu tinha muito interesse em história econômica. Em seguida fiz a *agrégation*¹ em história e trabalhei dois anos no ensino médio como estagiário, período em que os professores se preparam para ensinar, em que não se tem uma carga horária muito grande. O que se faz é acompanhar uma turma e visitar outras, de outros professores, para aprender melhor a profissão, aprender a trabalhar com alunos.

Essa experiência didática é feita depois do concurso da agrégation?

Sim, somos selecionados depois do concurso, que é uma prova muito difícil, pois há apenas uma vaga para dez candidatos. Fazemos então esse estágio pedagógico e depois disso somos indicados para um colégio. Quando terminei o estágio, fiz ainda o meu serviço militar, que não tinha feito, e tive sorte, pois pude fazê-lo em Paris, na École Supérieure de Guerre, onde eu era assistente de história e dava aulas aos oficiais. Depois do serviço militar, fui nomeado para uma escola secundária no subúrbio de Paris, onde trabalhei durante um ano. No final desse ano fui aceito no CNRS,² ao qual havia me candidatado, e tive a sorte de participar de um projeto de pesquisa que era a minha tese de doutorado.

Qual era o tema da sua tese?

Na verdade, fiz duas teses. A primeira foi uma tese de doutorado de terceiro ciclo³ na École Normale Supérieure, sob a orientação de Pierre Vilar. Intitulava-se “A crise literária no período naturalista” e foi publicada muitos anos depois, em 1979. Em seguida, comecei uma segunda tese, a de doutorado de Estado, já com um novo orientador, pois Pierre Vilar tinha se aposentado. O orientador da minha segunda tese foi Maurice Agulhon, também professor em Paris I. O trabalho intitulava-se “Intelectuais e elites na França de 1880 a 1900”. De certa forma, era uma extensão do trabalho anterior, no qual eu havia feito principalmente uma sociologia histórica dos escritores. Eu quis estender isso para todo tipo de intelectual, inclusive os universitários, comparando essa população às demais elites, já que a questão que eu queria resolver era saber por que, no final do século XIX, surgiu a noção de intelectual e por que esses intelectuais, ou alguns deles, quiseram reivindicar um papel específico – inclusive político – por oposição às elites oficiais, que ocupavam posições de poder em função de suas vidas políticas ou atividades administrativas.

Esse trabalho é o que foi publicado sob o título Naissance des intellectuels?

Esse trabalho foi dividido em duas partes, já que tinha 926 páginas, e era impossível publicá-lo em um único volume. A primeira parte, mais sociológica, se intitula *Les élites de la République* e foi publicada em 1987, um ano depois da defesa da tese. A segunda parte é um segundo livro que precisei retrabalhar, porque, como foi separado do anterior, precisei lhe devolver sua unidade. E também desenvolvi alguns pontos. Esse segundo livro é que é o *Naissance des intellectuels*. É uma parte da tese, aumentada em relação ao que era inicialmente. De cerca de 150 páginas, passou a cerca de 300. Trabalhei dois anos nesse livro, e ele só foi publicado em 1990.

O senhor defendeu sua tese de doutorado de Estado em 1986?

Sim, mais exatamente no dia 30 de janeiro de 1986. Na banca, além de Maurice Agulhon, estavam Pierre Bourdieu, Madeleine Rebérioux, Jean-Marie Mayer. Era um grupo muito variado: um sociólogo, Bourdieu, um historiador da vida política, Jean-Marie Mayer, uma historiadora da vida intelectual, Madeleine Rebérioux. Meu orientador pertencia a todas essas áreas ao mesmo tempo.

Por que decidiu trabalhar com intelectuais? Afinal, o senhor começou interessado em história econômica.

A questão da história econômica era mais teórica, porque, na verdade, minha dissertação de mestrado foi sobre a visão do capitalismo, que é um tema

econômico, num romance de Émile Zola chamado *L'Argent*, o que já era uma tentativa de ligar a história econômica à história das representações e à história literária. Sempre tive a preocupação de buscar um tema mais “transversal” em relação às especializações. Eu queria saber como um romancista havia percebido as mudanças econômicas de sua época. O romance de Zola, publicado em 1891, tenta colocar ao alcance do público mais amplo possível os mecanismos da bolsa, da especulação, das crises econômicas. Trata-se de um tema clássico da economia, mas que foi transformado num objeto literário. E eu quis experimentar essa operação um tanto estranha. Ao mesmo tempo, através de seu romance, Zola levanta grandes questões sociais, pois questiona o futuro do capitalismo, cria personagens que encarnam o socialismo, para ver se esse seria o futuro possível do capitalismo. É um romance interessante pela dimensão que traz de reflexão sobre a sociedade e o futuro do sistema econômico.

Com minha tese de terceiro ciclo aconteceu a mesma coisa, tive a preocupação de misturar literatura – que era o que me interessava no início – à história social dos escritores, entre eles os naturalistas, estendendo o leque um pouco mais além de Zola, pois foram os naturalistas os primeiros escritores que também tiveram a ambição de ser sociólogos, que quiseram relatar a sociedade da época da forma mais precisa e exata possível, inspirando-se nos métodos positivistas da sociologia. Era interessante, portanto, ver esse elo entre a literatura e as implicações intelectuais gerais. No final, tentei estudar o engajamento desses intelectuais no caso Dreyfuss, o que já prefigurava o que eu ia fazer na minha tese de doutorado de Estado. São temas que se encaixam uns nos outros, um pouco como as bonecas russas: a cada etapa retomo o tema anterior e o estendo em direção a um novo tema.

Como foi o início de sua relação com a sociologia e com Bourdieu, que tem muita importância em seu trabalho?

Isso também está ligado aos meus estudos. Na época, Bourdieu, então com uns 40 anos, conduzia um seminário na École Normale Supérieure e, como eu era aluno lá, tentando me formar não só em história, não só em letras, mas em outras disciplinas, aproveitei a oportunidade para assistir. Obviamente, achei fascinante a maneira de ele trabalhar, de levantar questões e, ao mesmo tempo, li tudo o que ele publicava na época. No final de 1972, apresentei a ele as conclusões do meu mestrado, a que tinha chegado inspirado no seu trabalho sobre a sociologia dos intelectuais, e ele achou interessante; pelo menos me estimulou a continuar, e nossa relação também prosseguiu. Ele foi membro da banca da minha tese de terceiro ciclo e, como na época estava lançando a revista *Recherches*, me propôs tirar um trecho da minha tese e transformá-lo num artigo, que foi o primeiro que publiquei, em 1975. Intitulava-se “Expansão e crise do campo literá-

rio” e foi publicado no quarto número da revista. Foi muito simpático da parte dele propor a um jovem estudante se lançar com um artigo, quando eu ainda não tinha feito nada de oficial. Ele também acompanhou o meu trabalho para a tese *d'État* e publicou alguns artigos que escrevi a partir dela, como o artigo sobre o campo universitário no final do século XIX ou o artigo sobre o casamento de Émile Durkheim. Eu assistia aos seminários dele, dava textos para ele ler e continuava lendo o que ele publicava. Assim, ficamos nos vendo com regularidade durante 30 anos, conversando, trocando, lendo o que o outro escrevia. Não era uma relação distante, em absoluto; era uma relação ligada aos meus estudos que se transformou em amizade, apesar da diferença de idade entre nós. Bourdieu era uma pessoa muito calorosa e, quando acreditava em alguém, ajudava e dava apoio.

Há quem pense que a aplicação da sociologia, das ciências políticas ou da filosofia à história é problemática do ponto de vista metodológico. O senhor, pelo visto, não concorda com isso.

Não. Acho que cada um tem a sua própria concepção da história. Minha concepção está ligada provavelmente à minha trajetória “transversal” das disciplinas. Acho que as disciplinas devem ser enriquecidas umas pelas outras. Aliás, Bourdieu dizia que, na sua concepção, não havia várias ciências sociais, mas uma só, e que conseqüentemente, a partir do momento em que as disciplinas oficiais fossem consideradas simples subdivisões de um todo chamado a ciência social, seria legítimo fazer com que os métodos e conceitos circulassem entre elas. Claro que levando em consideração as especificidades dos objetos. Isso é que é importante: não se deve aplicar de forma mecânica os conceitos ou métodos se eles não corresponderem aos objetos em estudo. É preciso levar em conta as especificidades dos documentos e das fontes de que se dispõe em função das épocas. Se tomarmos essas precauções, e se descobrirmos que aplicar determinado conceito é produtivo para melhorar a compreensão que temos de uma realidade, não vejo motivo para nos privarmos disso. Este me parece ser o princípio da ciência. Todas as ciências da natureza fazem isso: quando elas têm um problema que não conseguem resolver, procuram inventar novos conceitos que, às vezes, são emprestados da matemática, quando se trata de física, ou da biologia, quando se trata de química. Acho que as ciências sociais podem proceder exatamente da mesma forma, já que a realidade humana é complicada o bastante para que procuremos nos munir de ferramentas e conceitos cada vez mais novos, ou que busquem entender mais profundamente o que está em estudo. Não devemos ficar limitados a um estoque de idéias ou concepções de uma determinada época, precisamos estar sempre tentando inovar para responder a novas questões. Acho

que isso obedece ao avanço normal da ciência, que não só modifica suas questões, seus objetos e suas fontes, como precisa se munir de novas ferramentas. Assim como temos novos instrumentos na física, ou novas formas de experimentação na ciência, também na ciência social utilizamos computadores, novos métodos, e devemos utilizar novos conceitos, se eles forem úteis.

Como se desenvolveu sua carreira acadêmica? O senhor começou a trabalhar no CNRS, mas seu trabalho lá foi só de pesquisa, não?

Sim. Quando entrei no mercado de trabalho, como se diz hoje em dia, a universidade não estava praticamente contratando ninguém, pois muita gente havia sido contratada nos anos 60, 68 e, a partir de 1973, 74, não havia mais cargos disponíveis. A única saída para quem queria fazer pesquisa era entrar no CNRS, e foi por isso que me encaminhei para lá. Eu gostaria muito de ter trabalhado na universidade, tentei, mas nunca consegui. Então, entrei para o CNRS e pude fazer minha tese em ótimas condições, pois não tinha a obrigação de dar aulas e, como eu pertencia a um laboratório, o Institut d'Histoire Moderne et Contemporaine, participava de pesquisas coletivas que eram realizadas ali. Nesse laboratório, assumi uma pesquisa coletiva sobre as elites universitárias. Foi aí que fiz trabalhos de prosopografia universitária que completavam minha tese – já que englobavam uma parte dela –, mas também iam muito além, pois eu estava tentando produzir dicionários biográficos sistemáticos de todos os universitários franceses. Inicialmente, era um projeto muito ambicioso, meio louco. Publiquei quatro dicionários que abrangem a Faculdade de Letras de Paris nos séculos XIX e XX, a Faculdade de Ciências na primeira parte do século XX – estamos tentando terminar a parte do século XIX –, e o Collège de France no séc. XX – já existia um trabalho sobre o século XIX. Com isso pudemos cobrir pelo menos as mais importantes instituições universitárias, e, como muitas pessoas circularam por elas, pudemos dar uma visão bastante global da universidade francesa.

No CNRS, portanto, eu tinha essas duas tarefas: uma era terminar a minha tese, e a outra era produzir instrumentos de trabalho e colaborar nas pesquisas. Depois que concluí a tese, criei também um grupo de trabalho internacional sobre as universidades e organizei colóquios, a partir dos quais publicamos volumes.

Quem participou desse grupo internacional?

Havia alemães, como Jurgen Schriewer, professor em Berlim; havia italianos, como Ilaria Porchiani, que atualmente é professora em Bolonha; canadenses, como George Weisz, professor em Montreal; húngaros também, e Viktor Karady, que era ligado a eles. Havia ainda especialistas espanhóis, como Juan

Luis Guereña, ingleses e suíços. Como era um campo de estudo que não tinha muita visibilidade, a idéia era reunir pessoas que trabalhavam com universidades na Europa e criar uma troca entre elas, para que se mantivessem informadas do trabalho de cada uma e para montar livros coletivos, a fim de trazer uma dimensão comparativa. O primeiro livro resultante dessa empreitada foi *Le personnel de l'enseignement supérieur en France*, que tratava só da França; depois vieram *À la recherche de l'espace universitaire européen*, em 1993 e, no ano passado, com muito atraso, por causa de problemas com a edição e a editora, o *Transnational intellectual networks*, que foi lançado em inglês pela Campus, em Frankfurt. Foram esses os primeiros trabalhos coletivos que tentei criar.

Voltando à sua pergunta, fiquei no CNRS de 1978 até 1991. Foram 13 anos. Finalmente, em 1991, consegui ser nomeado professor na Universidade de Lyon III. Lá fiquei dois anos, até que em 1993 fui nomeado para Paris I, onde estou até hoje. Em 2003, fui eleito para o Institut Universitaire de France – o que não mudou nada, pois continuo sendo professor em Paris I, mas me dispensa de algumas horas de aula e me permite dispor de maiores recursos financeiros para financiar minhas pesquisas, ou seja, me coloca numa situação muito vantajosa. Além disso, desde 2001 dirijo o Institut d'Histoire Moderne et Contemporaine, já que o diretor anterior, Daniel Roche, queria interromper uma atividade que exercia havia dez anos e me propôs substituí-lo. E assim estou de volta ao CNRS desde 2001. Mesmo não sendo funcionário do CNRS, desenvolvo atividades lá dentro.

Qual é exatamente a situação do Institut d'Histoire Moderne et Contemporaine?

O Institut d'Histoire Moderne et Contemporaine, desde sua formação em 1978, sempre funcionou no prédio da École Normale Supérieure. Mas desde 1998, se não me engano, houve uma mudança de estatuto. Inicialmente, o instituto era apenas uma unidade financiada pelo CNRS, mas desde então passou a ser financiado também pela École Normale Supérieure. Ao mesmo tempo, os professores de história da École Normale foram integrados ao instituto, de modo a criar uma ligação mais orgânica e a fazer com que os alunos da École Normale pudessem trabalhar no laboratório e ter o apoio necessário para suas teses ou seus trabalhos de pesquisa. Acho que a idéia foi também justificar nossa hospedagem na École Normale, já que alguns se perguntavam por que ocupávamos um espaço lá dentro se não éramos oficialmente ligados à escola pelo estatuto. A mudança do estatuto simplificou as relações e permitiu uma melhor integração do instituto na vida da École Normale, como instituição de formação para a pesquisa.

Há dois tipos de pesquisadores no Institut d'Histoire Moderne et Contemporaine: há os pesquisadores do CNRS, pagos pelo próprio CNRS, e há tam-

bém os pesquisadores da École Normale, que podem ser professores ou mestres de conferências, ou seja, que fazem pesquisas conosco e ao mesmo tempo dão aulas para os alunos da École Normale. E ainda há um terceiro grupo de pessoas, que chamamos de pesquisadores associados, que são às vezes professores ou mestres de conferências em outras universidades da região parisiense ou da província, e que participam das nossas pesquisas porque se interessam pelos temas que estudamos e nas universidades onde estão não há gente trabalhando com eles. E temos ainda um último grupo de pessoas, que são os doutorandos que preparam suas teses com uns e outros.

O Institut d'Histoire Moderne et Contemporaine faz seminários?

Sim, fazemos um seminário comum, e além disso organizamos, em função dos temas de pesquisa, jornadas de estudos, mesas redondas ou seminários contínuos sobre um tema específico. Em relação aos temas, temos um primeiro grande eixo que trata das elites. É uma espécie de herança, pois foi um dos primeiros temas que o instituto assumiu. Há um segundo grande tema, que são os saberes. Tentamos fazer um trabalho em economia, por exemplo, sobre o saber econômico e suas ligações com a sociedade; também temos trabalhos sobre o desenvolvimento das ciências em sua relação com a indústria; trabalhos sobre as técnicas, com especialistas que estudam a evolução da tecnologia dos transportes e sua ligação com a sociedade. O terceiro grande eixo trabalha com trocas e circulações. Temos um grupo de pesquisa que trabalha com os comerciantes, negociantes e as grandes correntes do comércio internacional na Europa na época moderna. Temos também trabalhos sobre as circulações políticas, não das idéias, mas das formas de engajamento político. Gilles Pécout criou um grupo de trabalho sobre o voluntariado internacional, sobre as pessoas que, nos séculos XIX e XX, eram nacionais de um determinado país e se mobilizavam para lutar a serviço de uma causa em outro país, como por exemplo, a Unidade Italiana, ou a Guerra de Independência na Grécia, ou outros movimentos que provocaram um entusiasmo internacional. Assim, criamos uma rede de pesquisadores na Espanha, Itália, Grécia e Suíça para estudar esse fenômeno, que sai um pouco dos moldes habituais da história política e está ao mesmo tempo ligado à história das idéias, à história da mobilização social e à história europeia.

Finalmente, o último eixo é uma investigação que estou promovendo sobre as capitais europeias. É um estudo comparativo sobre a emergência progressiva dessas capitais no espaço nacional, e sobre como elas progressivamente se atribuíram funções tanto na área cultural como na área artística, na construção de monumentos simbólicos da unidade e da identidade nacionais. Dessa empreitada, saiu um livro intitulado *Capitales culturelles, capitales symboliques*, que

fala das experiências européias. Foi um grande colóquio organizado em 1999. Um segundo volume, lançado em 2004 e intitulado *Capitales européennes et rayonnements culturels*, trata de objetos mais delimitados. E estamos preparando um terceiro volume, que será um livro escrito coletivamente sobre uma história cultural comparada das capitais européias, centrada principalmente na vida artística, museus, teatros e também na sociabilidade das elites e na vida associativa. São objetos bem diferentes, pois afinal somos uma equipe de mais de 30 pessoas. Além do mais, são pessoas com especialidades muito diversas; há especialistas nos séculos XVI, XVII, XVIII, XIX e XX e, claro, precisamos ter temas relativamente diversos e “transversais” para que nossa existência enquanto equipe seja suficientemente coerente e não apenas se justaponha no papel.

E quanto à historiografia? Esse é um tema importante na sua reflexão, e o senhor parece ter uma posição um pouco diferente, um pouco crítica, no campo historiográfico francês. Como o senhor vê isso?

Pois é. Entre as funções do Institut d’Histoire Moderne et Contemporaine, incluía-se em princípio fazer uma reflexão sobre a história e sua evolução, pois trata-se de um instituto que refletiu sobre o prosopografia, que tem a incumbência de publicar a bibliografia anual da história da França, uma obra de mais de duas mil páginas que cobre toda a produção histórica francesa ou internacional sobre a França. Esse é um bom observatório para ver as tendências da historiografia, já que as introduções desses volumes mostram quais os temas que estão crescendo ou diminuindo, quais os tipos de histórias preferidas pelos historiadores ou, ao contrário, aquelas que começam a ser menos solicitadas. Através desses dois segmentos, temos portanto constantemente uma reflexão sobre a historiografia, mas esse não é um objeto único, apenas acompanha as nossas pesquisas.

Por outro lado, eu havia organizado em 1989 um colóquio sobre a história social. Era a época dos grandes debates sobre o Bicentenário da Revolução Francesa e, nesse debate, havia duas grandes escolas: uma mais fiel à visão marxista, inspirada por Albert Soboul, que interpretava a Revolução Francesa em termos de lutas de classes sociais, segundo um esquema um tanto teleológico inspirado no marxismo; e a outra, uma escola mais heterodoxa, animada por François Furet, que buscava reabilitar a dimensão política, a dimensão da história das idéias, e criticava as categorizações marxistas dizendo que não se podiam reduzir as lutas da Revolução Francesa a lutas meramente sociais, pois tudo estava muito mais ligado a outros tipos de implicações políticas. Pareceu-me importante refletir sobre a história social, já que era disso que se tratava nesse debate. Ao mesmo tempo, com o desenvolvimento do que chamamos de micro-história – uma corrente originária da Itália – e do que se chama na Alemanha de *Alltagsgeschichte*, e

na Inglaterra de *cultural studies*, questionava-se a idéia de que se deveriam buscar as grandes linhas de explicações sociais em grandes causalidades, e acreditava-se que, ao contrário, para entender bem o passado, era preciso buscar objetos muito precisos e específicos e estudá-los profundamente com métodos que poderiam se inspirar na antropologia e na etnologia. Conseqüentemente, a visão clássica da história social, com as relações entre as classes, relações sociais, e um certo evolucionismo em determinada direção, era muito contestada nessa época.

Eu tinha organizado esse encontro para se tentar fazer um balanço, e não tinha idéias preconcebidas sobre as conclusões que tiraríamos. Foi realmente muito produtivo. Foi aí que Roger Chartier apresentou a primeira versão de seu artigo, que agora se tornou um clássico, sobre o mundo enquanto representação. E nós também tivemos intervenções sobre a história das mulheres, que então começava a se desenvolver. Michelle Perrot participou do colóquio. A reunião foi em 1989, mas o livro só foi publicado bem depois. Trata-se de *Histoire sociale, histoire globale*, que saiu em 1993. Foi nesse volume que apresentei o meu artigo “Micro-histoire sociale, macro-histoire sociale”, onde reflito sobre os efeitos da miniaturização dos temas e sobre os usos da prosopografia.

Enfim, sempre tenho momentos em que reflito sobre a história, mas não é a minha única atividade. Acho que é preciso refletir sobre a história em função de problemas de pesquisa, e não apenas como um exercício em si e por si. Recentemente, procurei refletir sobre a história comparativa, que é uma forma de história que não foi muito desenvolvida na França. E nesse caso foi a mesma coisa, não escrevi textos teóricos ou gerais, fiz essa reflexão através de objetos, como o meu livro sobre os intelectuais na Europa, como o meu livro sobre a crise das sociedades imperiais. Nas introduções desses livros, tento justificar por que o método comparativo me parece capaz de trazer alguma coisa à prática da história hoje, na medida em que a restringência a objetos muito pequenos e a recusa em construir esquemas gerais, que ainda é dominante hoje, nos impedem de sair de decupagens um tanto convencionais. De todo modo, defendo a saída da decupagem nacional, que, em muitos casos, não é adequada.

Como o senhor define a posição da École des Annales no campo historiográfico francês?

O que chamamos de *École des Annales* é a escola histórica que foi dominante na França, e em vários países inspirados pela França, a partir da Segunda Guerra Mundial. É uma corrente que ocupou amplamente o cenário intelectual. Mas eles propuseram uma análise da historiografia colocando-se contra os seus predecessores e acusando-os de todos os defeitos do mundo para valorizar as suas próprias qualidades. Não nego que estavam certos nas críticas que fizeram aos

historiadores do século XIX – isso ninguém contesta –, mas acho que eles também fizeram uma caricatura e se esqueceram conscientemente de coisas que, na história do século XIX, ainda podem ter interesse para nós. Ofereceram uma visão um pouco maniqueísta da história do século XIX, e acho que já não é sem tempo – e isso já começou há alguns anos – ver que a *École des Annales* também tem os seus defeitos. Ela não resolveu todos os problemas, como pretende. Por exemplo, a idéia de Braudel de que a história seria naturalmente a coroação das ciências sociais era um projeto muito ambicioso, mas não estou nada convencido de que Braudel, e tampouco os seus sucessores, tenham resolvido e realizado esse projeto. Não acredito em absoluto que a história tenha a posição dominante reivindicada por Braudel, e isso por vários motivos: primeiro, porque os historiadores em geral não têm muita ambição teórica e, segundo, porque, devido à especialização crescente dos historiadores, muitos deles não têm nada a propor de mais específico às outras ciências sociais. Portanto, acho que esse foi um projeto muito ambicioso e muito lisonjeador para a boa imagem dos historiadores, mas que não teve efeito algum.

O segundo defeito da *École des Annales* me parece que é a negligência – coisa que já foi dita por muitos outros – em relação aos problemas políticos. Isso se deve ao fato de eles terem construído a sua identidade contra a história do século XIX, que era de fato uma história extremamente política. Eles consideraram que a política não tinha interesse e era apenas um aspecto secundário na história. Não se trata de fazer da política o centro de tudo, mas é preciso reconhecer que a política tem a sua função, a sua especificidade, e deve ser levada a sério, não pode ser vista como algo meramente marginal em relação a outras forças.

Por fim, o terceiro defeito da *École des Annales* é a dificuldade que eles têm de dialogar com a sociologia. Esse é um fato marcante nos livros de Braudel, principalmente no seu segundo grande livro, *Civilisation matérielle, économie et capitalisme*. É um livro maravilhosamente bem construído, repleto de idéias, com uma grande descrição histórica e um grande acúmulo de dados em todas as escalas. Mas, quando ele entra em análises menores, com uma ambição mais modesta, inclusive em suas análises sociais, impressionou-me ver que esse livro é muito decepcionante, com uma visão um tanto convencional das relações sociais, dos papéis dos diferentes grupos sociais, o que prova que ele não tinha verdadeiramente integrado os aportes da sociologia. Ele mesmo dizia em alguns de seus textos que nunca entendera bem Max Weber, e que seu conhecimento de Durkheim nunca fora muito profundo. E quando fundou a *École Pratique des Hautes Études*, 6ème Section, com Lucien Febvre, os únicos sociólogos a quem ele se associou foram, de um lado, Raymond Aron, que é

um sociólogo completamente atípico, que pratica muito mais a história das idéias do que a sociologia, e, de outro, Georges Gurvitch, que é hoje uma pessoa totalmente esquecida e que não teve posteridade intelectual. Braudel teve uma dificuldade de dialogar com a sociologia tão grande quanto quando houve aquele debate entre Simiand e Seignobos. Acho que foi a geração seguinte, com pessoas como Bourdieu, Chartier, Revel, e até Furet, que conseguiu um diálogo muito melhor com os sociólogos, mesmo que, também nesses casos, tenha sido muito parcial. Sou muito sensível a isso, porque acredito que consegui criar com relativo sucesso uma relação com os sociólogos que não é uma relação de antagonismo, de ciúme ou de desejo de domínio recíproco, que faz com que não se consiga trabalhar de fato.

Esse é o meu ponto de vista. A história não se limita aos *Anais*. Existem novas maneiras de agir, e a história francesa se abre para o mundo externo, quando ela sempre foi muito fechada. Quando lemos o livro de Braudel – o primeiro livro inacabado de Braudel sobre a França – vemos que ele tem uma visão muito tradicional da França. E isso mostra bem que as coisas que Braudel e seus amigos criticavam em seus predecessores estavam sempre muito profundamente inscritas em seus inconscientes de historiadores. Acho que estamos em uma nova etapa. Não se trata de reabilitar o passado, nem de jogar os *Anais* no lixo, mas de completar e prolongar áreas em que os *Anais* não tiveram sucesso total em sua empreitada.

Os Anais também negligenciaram a história contemporânea.

Eles negligenciaram simplesmente porque, dos seus fundadores, um era medievalista, outro era modernista, e Braudel também era modernista. Assim sendo, eles trabalharam mais nas áreas em que eram especializados. Mas, paralelamente – não podemos ter uma visão redutora da historiografia da época – também havia excelentes historiadores da época contemporânea, como Ernest Labrousse, como Pierre Renouvin, que não estavam oficialmente ligados à *École des Annales*, mas a aprovavam. Entrevistei Labrousse em 1980, e ele dizia que concordava com muitas idéias da *École des Annales*. Mesmo que não estivesse oficialmente ligado a ela, tinha afinidades. Não podemos afirmar que eles negligenciaram completamente a história contemporânea. E sim ver que, diante do tipo de problema que eles colocaram, em termos de tempo, a história contemporânea era mais difícil por definição. Em termos de história da França, por exemplo, define-se a história contemporânea a partir da Revolução Francesa, o que dá um tempo relativamente curto. E a partir do momento em que estamos numa história muito marcada pelos debates políticos, as críticas dos *Anais* à história política entra em cheio nisso, tanto que a história contemporânea é política demais na visão dos *Anais*.

E quanto à história do tempo presente? Como o senhor vê esse conceito?

A história do tempo presente é um conceito que nasceu no final dos anos 70, início dos anos 80, na França, com a fundação do Institut d'Histoire du Temps Présent. O que se pode ver aí, com certo distanciamento hoje, já que o instituto existe há mais de 25 anos, é que o próprio instituto foi fundado por uma transformação do Comitê de História a partir da Segunda Guerra Mundial. O Comitê estava muito ligado a esse acontecimento de importância capital, a debates muito políticos, pois tratava-se de estabelecer qual era a responsabilidade de cada um, qual tinha sido a atitude dos franceses em relação à Resistência e a Vichy. E o problema do Institut de l'Histoire du Temps Présent era justamente tirar o foco de cima desse acontecimento fundador e acrescentar uma dimensão mais contemporânea às suas pesquisas. Mas tenho a impressão de que eles permaneceram muito presos a esses debates em torno da Segunda Guerra Mundial, e a grande maioria de suas produções ainda continua centrada nessas questões. Poucas de suas pesquisas trataram de fato do tempo presente no sentido mais preciso do termo, ou seja, dos anos 60 e 70. Portanto, há uma dificuldade dos historiadores – pelo menos na França – de se apoderar do tempo presente, porque eles continuam em concorrência com as ciências sociais. E determinar a especificidade do trabalho do historiador em relação às ciências sociais nesse tipo de objeto ainda é uma questão um pouco problemática.

Penso que os historiadores ficaram um pouco incomodados, primeiro, porque o que fundava a especificidade do historiador era justamente o acesso a fontes inéditas. No entanto, em muitos desses períodos recentes, o historiador é como qualquer outro especialista: ele depende da boa vontade das testemunhas, da acessibilidade das fontes, ou do pagamento de arquivos, ou da possibilidade de contornar esse pagamento – e, em geral, quando se obtém alguma isenção, é sempre com segundas intenções, é em função de um debate em curso. Se foi permitido o acesso a certos dossiês da Guerra da Argélia que normalmente não eram acessíveis, foi porque havia toda uma polêmica política. E o historiador se vê como uma espécie de testemunha de acusação ou defesa para decidir os debates políticos. Dessa forma, ele perde o distanciamento e a possibilidade de se abstrair de implicações muito ardentes, que são a sua ética profissional para as épocas antigas. E aí, ele se vê numa situação instável e pode ser manipulado por implicações externas. Foi assim no caso da polêmica em torno de Jean Moulin, ou da atitude de um personagem famoso como François Mitterand, em que os historiadores se viram completamente dentro de lutas ideológicas e das implicações polêmicas do momento e não conseguiram defender sua autonomia em relação a pressões externas. E isso pode acabar em situações complicadas: por exemplo, na época do julgamento de Papon, alguns historiadores disseram que não queriam

ser convocados como testemunhas para esclarecer o júri, porque consideravam que não era função de um historiador se tornar parte de um tribunal ou participante da Justiça, pois isso mudava a função do historiador. Ao contrário, outros disseram que isso fazia parte do dever do historiador, pois ele não era apenas um cientista, era também um cidadão que tinha a missão de ajudar os cidadãos membros de um júri a esclarecer os fatos, e que sua ciência histórica poderia ter um papel cívico indispensável, sem que ele, historiador, necessariamente precisasse tomar parte. Tudo isso faz com que o estatuto da história do tempo presente seja extremamente complicado, como qualquer história sobre objetos polêmicos. A mesma coisa acontece quando se trata de debates em torno do nazismo, ou da Shoah, e assim por diante. Não se pode fazer com que a história do tempo presente seja uma história como outra qualquer, porque ela trata de objetos ainda quentes, de pessoas ainda vivas ou de descendentes de pessoas vivas.

A noção de memória pode ser útil para trabalhar com esse tipo de objeto?

A noção de memória pode ser ambígua. Pode ser vista com dois sentidos diferentes. Quando ela é vista no sentido de manter ou preservar a lembrança, o historiador entra um pouco na função da comemoração, e está a serviço de um grupo ou uma instituição que deseja ver um determinado episódio histórico valorizado por motivos que, muitas vezes, são extra-científicos. E aí encontramos sempre esse problema de dependência em relação a um pedido social. Há ainda o outro aspecto da memória, que é o de ter uma atitude crítica em relação a esse primeiro aspecto e justamente mostrar as manipulações, conflitos, solicitações dos quais esses episódios são objeto, e torná-los um objeto histórico em si. Mas esse deslocamento também é muito delicado, porque, ao se manter nessa atitude crítica, o historiador é geralmente muito criticado por aqueles que têm uma relação muito mais engajada e militante com essa memória. Sabemos que, em alguns países onde o sistema político tem uma verdade oficial, o historiador nunca poderá exercer esse tipo de espírito crítico. Há condições políticas que nem sempre são preenchidas. Na França, temos essas condições, mas em um país como a Turquia, há verdades da história turca que não podem ser publicadas por um historiador sem que ele corra graves riscos. Portanto, não é fácil impor essa imagem crítica da memória.

Hoje, existem historiadores na França que falam da crise da história. O senhor acha que existe uma crise da história de um modo geral, ou apenas na França?

Esse é um tema muito recorrente. Eu me lembro de que em 1984 Daniel Roche publicou um artigo com esse título e falava justamente nisso. É sempre bom falar de crise, pega bem, dá medo, preocupa... Mas não acredito que exista uma crise da história. Acho que há, sim, uma crise da sociedade, que se questiona

sobre o seu futuro. No passado, havia uma série de maneiras de se fazer história, e cada uma propunha futuros possíveis para a sociedade, como o marxismo, o liberalismo, algumas formas da social-democracia na Europa. Tinham como base um fato histórico, uma espécie de relato convencional da evolução da sociedade, e o anunciavam, prolongando esse relato com um tipo de futuro possível. Mas hoje é verdade que todos esses grandes relatos estão em crise, pois nenhum deles parece dar conta do que vem acontecendo na atualidade, nem das coisas imprevisíveis que aparecem de repente e desmentem tudo o que havia sido anunciado dois anos antes. Por outro lado, os próprios historiadores, escaldados por essas experiências de “predição”, se fecham em especializações, em discursos para colegas e especialistas, tanto que, hoje em dia, pouquíssimos historiadores participam, como faziam os grandes historiadores do século XIX, de grandes propostas políticas ou de prognósticos sobre o que poderia acontecer às nossas sociedades. O que há de fato é uma crise da *função* da história, que sempre foi muito importante. Afinal, não fazemos história só para lembrar o passado, fazemos também para tentar nos situar no tempo e para, pelo menos, dar um prognóstico e um sentido ao que pode acontecer. E é verdade que hoje pouquíssimos historiadores fazem isso. Os que o fazem nunca são muito convincentes. Essa gente que fala do fim da história, que estamos entrando em um conflito de civilizações, enfim, essas grandes linhas muito maniqueístas não são muito convincentes e não trazem uma imagem muito positiva da história, já que são simplificações que não têm nada a ver com a disciplina histórica. Há uma crise da história na medida em que nos preocupamos com o que vai acontecer e no sentido de que os historiadores não ousam mais fazer o papel de vigias do futuro, e assim, a história perdeu uma parte das funções que tinha anteriormente. Mas isso pode mudar um dia, não se pode dizer que esse confinamento um tanto frágil da vida acadêmica seja definitivo.

Mas ainda há um desafio para o historiador: como fazer a história como uma disciplina científica? Como fazer pesquisa com base em dados primários e, ao mesmo tempo, publicar, escrever manuais, fazer vulgarizações e ter contato com um público maior? Acha que é possível juntar as duas coisas?

Há quem tente fazer as duas coisas. Tenho colegas na Sorbonne que publicam trabalhos puramente científicos, participam de programas de televisão e rádio e publicam obras destinadas a um público mais amplo. Há sempre gente que consegue conciliar tudo isso. Mas será que há uma boa circulação? Será que o trabalho científico deles realmente alimenta os debates gerais? Se os seus trabalhos científicos são coerentes com as suas atitudes ao fazer as vulgarizações ou

participar de debates públicos, isso depende de cada um. Alguns esquecem no meio do caminho a prudência e a deontologia do historiador. Mas há um colega meu, Antoine Prost que consegue ter uma boa prática desses gêneros diferentes. Ele acaba de publicar as suas lembranças da Guerra da Argélia; mantinha um diário quando foi oficial na Guerra da Argélia. Retranscreveu esse diário e fez uma introdução, procurando trazer o seu testemunho e, ao mesmo tempo, uma reflexão pessoal sobre o que pode ser um historiador que participou de uma guerra. Além disso, ele fez trabalhos acadêmicos sobre os ex-combatentes, sobre o ensino etc. E também participou da vida pública, foi membro do gabinete de Michel Rocard, encarregado das questões do ensino; participou de várias comissões de reflexões etc. Portanto, ainda há quem consiga conciliar tudo isso, mas é cada vez mais difícil, pois a nossa profissão tem sido cada vez mais pesada. Temos uma carga horária na universidade mais pesada do que a dos nossos predecessores; há todo tipo de solicitação com a vida internacional, inclusive viagens, colóquios etc. Tudo isso nos toma muito tempo. E ainda há a especialização, que faz com que não tenhamos competência pra falar de tudo. É preciso ser racional e não se aventurar em territórios onde não se tem nada a dizer.

Quais são os seus planos de pesquisa atualmente?

Atualmente tenho duas perspectivas de pesquisa. Uma é esse livro coletivo sobre as capitais. É uma tentativa de fazer história comparativa para defender essa prática e também para unir abordagens dissociadas, como a história urbana, a história nacional e política – já que as capitais são locais de identidade nacional e política – e a história cultural – que está em pleno desenvolvimento, mas para a qual ainda falta estrutura; ela vai pra todos os lados, falta um certo contorno reflexivo. Então, partindo desse objeto, podem-se reunir essas diferentes preocupações. Minha segunda perspectiva está ligada à primeira. É uma história comparada do teatro no século XIX nas capitais europeias, que talvez se estenda para países da América, se eu encontrar alguma fonte. É um objeto que me interessa na medida em que o teatro é a diversão dominante de grande parte da população urbana e é uma maneira de unir a sociedade e a cultura. Além do mais, é um microscópio formidável para ver as reações de uma sociedade em relação a temas, sejam eles da vida privada, ligados às relações sociais ou relações familiares, ou temas políticos, já que algumas peças que marcaram as mentes no século XIX tratam de grandes linhas históricas e memórias do passado. Acho um objeto interessante, porque permite ligar a história social à história política e cultural e, ao mesmo tempo, ver tudo isso em uma moldura multinacional, já que uma parte dessa produção não era apenas produzida e assistida em um lugar específico, mas circulava no território nacional e também, às vezes, em escala internacional. É uma maneira de ver como o mesmo produto pode provocar reações diferentes

em cada país. É também uma forma de se comparar as sociedades através de uma espécie de invariante.

São esses os meus projetos. Depois, não sei. Eu talvez retome os intelectuais, estendendo o meu trabalho sobre os intelectuais na Europa no século XX, mas ainda não sei. Ou talvez retome o meu trabalho sobre as elites no século XX. Eu também gostaria de trabalhar com as sociedades imperiais. É um tema que abordei num livro chamado *La crise des sociétés impériales*, mas gostaria de fazer uma espécie de continuação, procurando saber o que aconteceu com essas sociedades imperiais – França, Alemanha e Inglaterra – a partir de 1945. Uma das minhas hipóteses é que, ao contrário do que se diz, essas sociedades ficaram profundamente marcadas por esse passado imperial, e muitos dos problemas da sociedade de hoje são processos que têm origem nesse passado. Acabo de escrever um artigo sobre isso que vai sair em breve e mandarei para vocês. Como ainda tenho mais uns 15 anos pela frente, acho que isso é o suficiente para me ocupar até a aposentadoria... Como a gente escreve um livro a cada quatro anos, em 15 anos, são quatro livros...

Gostaria de acrescentar mais alguma coisa, para concluirmos a entrevista?

O que eu gostaria de acrescentar é que me parece que o problema atual, no que concerne à Europa, é que há muita gente circulando, há cada vez mais colóquios, cada vez mais grupos de pesquisa internacionais e, ao mesmo tempo, me parece que os historiadores têm cada vez menos a sensação de pertencimento coletivo. Há uma espécie de individualismo muito grande. Sempre que tento organizar alguma coisa coletiva, é difícil mobilizar as pessoas, porque elas são solicitadas em todo tipo de evento e não conseguem mais se concentrar em um projeto de forma duradoura. E acho que isso pesa muito no futuro da nossa disciplina, na medida em que esse individualismo faz com que não haja mais discussões, nem verdadeiros diálogos. Perguntas como as que você me fez nunca são abordadas, porque, nos colóquios, falamos de assuntos muito restritos. Nos grandes congressos internacionais, tudo é dividido em pequenas sessões, e ninguém mais consegue acompanhar o todo, porque as sessões acontecem todas ao mesmo tempo, e só se pode escolher uma delas. Tenho certa saudade da época em que, na revista *Annales*, havia a rubrica “*Débats et combats*” com artigos que analisavam várias questões, tentando se situar em relação aos debates. Isso está ficando cada vez mais raro hoje em dia. Os únicos debates existentes são, na verdade, falsos debates. São debates ligados a implicações políticas ou a polêmicas esboçadas por jornalistas, mas nunca pelo grupo dos historiadores enquanto cientistas. E assim, temos importações de problemáticas oriundas da sociedade ou de polêmicas com segundas intenções, muito ideológicas, e não debates alimentados pelo trabalho dos historiadores.

Já que falou em jornalistas, o senhor publicou um livro sobre a imprensa.

Foi meio por acaso. Foi porque, de um lado, constatei que os meus alunos de história eram fascinados pela imprensa. Muitos não queriam mais se tornar professores e achavam que a profissão de jornalista é muito mais valorizada hoje na sociedade contemporânea. Na minha opinião, eles têm uma visão muito errada da realidade, pois a imagem que se tem da realidade e a realidade não são exatamente a mesma coisa. Durante uma aula sobre a história da imprensa, me preocupei em mostrar a eles que essa imprensa era um objeto complicado, muito mais do que se imagina, e que era principalmente um objeto muito frágil, já que, ao longo de toda a sua história, ela foi levada por forças que a ultrapassam, sejam elas forças econômicas usadas para defender uma determinada escolha, ou forças políticas, ou religiosas etc. É tomando a distância possível de uma história de um século e meio que se escapa das ilusões mantidas pela mídia de hoje, que se apresenta como um espelho fiel da vida, de lugares absolutamente pacíficos e interessantes, de debates democráticos. Na realidade, quando se investiga um pouco mais, como mostram os trabalhos sociológicos da mídia, sabe-se que há muitas forças externas que impõem uma série de restrições ao trabalho dos jornalistas e à expressão verdadeira da sociedade através da mídia. Então, tomando essa distância histórica, pudemos demonstrar que essa imprensa de hoje, tão fascinante, sofre de defeitos muito similares aos do passado, e que é preciso tomar cuidado com as suas armadilhas.

Muito obrigada pelo tempo que dedicou a nós e por sua paciência.

É muita gentileza da sua parte. É a primeira vez que me fazem esse tipo de perguntas.

Notas

1. Concurso público para se tornar professor do ensino médio na França. É um concurso muito importante, que abre as portas para o ensino em nível superior.

2. Centre National de la Recherche Scientifique.

3. Antigamente, na França, havia o doutorado de terceiro ciclo, e a etapa seguinte era o “*doctorat d'État*”. Hoje há só um doutorado.